

Eólica Serra das Vacas V S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas V S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas V S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas V S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a qual indica que a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, passivos circulantes excedendo o total dos ativos circulantes no montante de R\$67.941 mil (R\$75.882 mil em 31 de dezembro de 2024), em decorrência, sobretudo, da reclassificação dos saldos de “Empréstimos e financiamentos” do não circulante para o circulante, em atendimento ao disposto no item 69 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em razão de os respectivos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores de poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, devido ao não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD determinado nos contratos.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Administração da Companhia está tomando as providências necessárias para a regularização da situação com os credores, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, que apresenta a correção de erro sobre valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, como descrito na referida nota explicativa. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na norma brasileira NBC TG 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de maio de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Adriana Dantas Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 SP 315637/O-1

EÓLICA SERRA DAS VACAS V.S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2025	2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2025	2024
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	974	956	Fornecedores		90	2.326
Títulos e valores mobiliários	5	145	1.952	Empréstimos e financiamentos	10	69.263	73.064
Contas a receber	6	2.297	2.125	Arrendamentos	11	32	26
Impostos e contribuições a recuperar		16	57	Obrigações tributárias		360	373
Outros ativos		24	23	Ações preferenciais resgatáveis	12	221	4.017
Total dos ativos circulantes		<u>3.456</u>	<u>5.113</u>	Dividendos a pagar		675	369
				Outros passivos	13	756	820
				Total dos passivos circulantes		<u>71.397</u>	<u>80.995</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	6	1.131	-	Partes relacionadas	14	-	1.587
Aplicações financeiras vinculadas	7	6.415	5.388	Arrendamentos	11	2.009	1.869
Outros ativos		69	69	Outros passivos	13	12.524	10.282
Partes relacionadas	14	265	-	Total dos passivos não circulantes		<u>14.533</u>	<u>13.738</u>
Imobilizado	8	114.168	121.397				
Intangível	9	44	50				
Total dos ativos não circulantes		<u>122.092</u>	<u>126.904</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	37.444	37.444
				Reservas de Lucros (Prejuízos) acumulados		2.174	(160)
				Total do patrimônio líquido		<u>39.618</u>	<u>37.284</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>125.548</u>	<u>132.017</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>125.548</u>	<u>132.017</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS V.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor da ação)

	Nota explicativa	2025	2024 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	17	23.954	20.500
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	18	(11.751)	(14.442)
LUCRO BRUTO		12.203	6.058
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas (Despesas) gerais e administrativas	19	(687)	(243)
Outras Receitas	19	3	-
LUCRO OPERACIONAL		11.519	5.815
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	627	575
Despesas financeiras	20	(8.150)	(7.335)
		(7.523)	(6.760)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.996	(945)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	21	(987)	(934)
LUCRO DO EXERCÍCIO		3.009	(1.879)
Número de ações ordinárias integralizadas - em milhares		37.444	37.444
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais - R\$)		0,080	(0,050)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS V.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO	3.009	(1.879)
Outros resultados abrangentes		(Reapresentado)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>3.009</u>	<u>(1.879)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS V.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social integralizado			Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
	Nota explicativa	Capital subscrito	Reservas de capital					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		37.665	7.678	(7.899)	150	1.677	-	39.271
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	(3.882)	-	-	-	-	(3.882)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	12	-	-	3.882	-	-	-	3.882
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1.879)	(1.879)
Constituição de reserva		-	-	-	(150)	(1.677)	1.827	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(108)	(108)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (reapresentado)		37.665	3.796	(4.017)	-	-	(160)	37.284
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	(3.796)	-	-	-	-	(3.796)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	12	-	-	3.796	-	-	-	3.796
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	3.009	3.009
Constituição de reserva		-	-	-	150	2.699	(2.849)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(675)	-	(675)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		37.665	-	(221)	150	2.024	-	39.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS V.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2025	2024 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		3.009	(1.879)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	18	7.401	7.355
Apropriação de juros sobre arrendamentos	11	205	193
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamento	10	7.562	6.743
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	20	(627)	(575)
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	8 e 9	7	-
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(1.303)	(84)
Impostos e contribuições a recuperar		41	(42)
Outros ativos		(1)	270
Fornecedores		(2.236)	2.012
Obrigações tributárias		868	889
Outros passivos		2.178	1.323
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	10	(5.796)	(6.129)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(881)	(847)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>10.427</u>	<u>9.229</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas, caixa restrito e títulos e valores mobiliários		1.407	303
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8 e 9	-	(1.792)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>1.407</u>	<u>(1.489)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ações preferenciais resgatáveis	12	(3.796)	(3.882)
Arrendamentos pagos	11	(232)	(193)
Empréstimos e financiamentos pagos	10	(5.567)	(5.048)
Dividendos		(369)	-
Partes relacionadas	14	(1.852)	1.389
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(11.816)</u>	<u>(7.734)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>18</u>	<u>6</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		956	950
Saldo no fim do exercício		974	956
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>18</u>	<u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS V.S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas V.S.A. (“Companhia”) é uma “Sociedade por Ações” de capital fechado, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 4º andar, sala 8, Jardim Paulistano, CEP. 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é integralmente controlada pela Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. (“Controladora”) e, tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

1.1. CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$67.941 (R\$75.882 em 31 de dezembro de 2024), decorrente, substancialmente, da reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” do longo para o curto prazo, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10. Tal reclassificação para o Passivo Circulante decorreu exclusivamente do atendimento ao disposto no item 69 do CPC 26 (R1), uma vez que os contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas que conferem aos credores a faculdade de declarar o vencimento antecipado dos créditos em caso de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20, previsto contratualmente.

Adicionalmente, a Eólica Serra das Vacas Holding II S.A (“Controladora”), possui debêntures emitidas que, conforme prerrogativas estabelecidas em seus respectivos contratos, também estão sujeitas ao atendimento do ICSD, de modo que, tanto o ICSD requerido nos contratos de “Empréstimos e Financiamento” da Companhia quanto aquele aplicável às debêntures da Controladora são apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. Desta forma, não há apuração desse indicador no nível das demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o ICSD consolidado apurado pela Controladora foi de 1,17 e 1,15, respectivamente.

Conforme previsto nas cláusulas contratuais das debêntures, caso a Controladora não atinja o ICSD mínimo de 1,20, mas o índice apurado seja superior a 1,10, esta deverá depositar na conta de reserva de complementação do ICSD os recursos necessários para recompor o índice ao patamar de 1,20. Dessa forma, em decorrência do não atingimento do ICSD apurado em 2024, a Controladora manteve, na conta de reserva de complementação do ICSD, o montante de R\$1.557. Em 11 de junho de 2025, a Controladora recebeu a formalização da dispensa do cumprimento do índice de ICSD referente aos exercícios de 2023 e 2024.

Em decorrência do não atingimento do ICSD para 31 de dezembro de 2025, a Companhia e a sua Controladora solicitaram ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a concessão de “waiver” para dispensa do cumprimento do referido índice no exercício de 2025. Contudo, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a referida dispensa não fora formalizada. A Companhia continuará envidando esforços para a formalização do “waiver” solicitado e avalia como provável a concessão da dispensa referente ao novo não atingimento do ICSD, considerando as negociações em andamento, bem como o histórico de êxito da Companhia e de sua Controladora na obtenção de dispensas para os exercícios anteriores.

Diante do cenário financeiro da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e cumprimento de suas obrigações, que considera: (i) captação de recursos adicionais considerando o lastro de infraestrutura disponível para o Grupo econômico que a Companhia está inserida e/ou linhas de crédito já disponíveis, com o objetivo de quitar antecipadamente as dívidas já existentes, e; (ii) manutenção do suporte financeiro por parte de seu acionista via aporte de capital, conforme vem sendo feito quando e se necessário.

A Administração da Companhia acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios, possibilitar a reclassificação das dívidas novamente para o não circulante e cumprir suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

Assim, apesar das informações financeiras apresentadas, incluindo a dependência da obtenção do “waiver”, as quais indicam incerteza relevante que podem levantar dúvida quanto à capacidade da Companhia em continuar operando em um futuro previsível, a Administração, com base nos fatos e ações acima expostos, tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá sucesso na negociação, e com isso, manter sua operação conforme o planejado, alcançando o máximo de sua capacidade operacional e faturamento.

1.2. REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES

Após a autorização para emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou ajustes naquelas demonstrações financeiras, em decorrência de correção de erro no reconhecimento de despesas reembolsáveis com partes relacionadas e serviços tomados para manutenção da operação de seus ativos. Em virtude disso, a Companhia procedeu à reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os referidos ajustes não produzem impactos sobre o saldo de abertura dos valores correspondentes.

Em consonância com o tema, as notas explicativas associadas aos efeitos da correção de tais ajustes, também estão sendo reapresentadas e referem-se as notas explicativas nº. 14, 16.4, 16.5, 18 e 22.a e h.

Os efeitos das correções processadas nos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2024 são apresentados no quadro a seguir:

	Original 2024	Ajustes 2024	Reapresentado 2024
Balço Patrimonial			
Total dos ativos circulantes	5.113	-	5.113
Total dos ativos não circulantes	126.904	-	126.904
TOTAL DOS ATIVOS	132.017	-	132.017
Fornecedores	199	2.127	2.326
Demais passivos circulantes	78.669	-	78.669
Total dos passivos circulantes	78.868	2.127	80.995
Partes Relacionadas	1.379	208	1.587
Demais passivos não circulantes	12.151	-	12.151
Total dos passivos não circulantes	13.530	208	13.738
Capital social	37.444	-	37.444
Reservas de lucros/Prejuízo acumulados	2.175	(2.335)	(160)
Total do patrimônio líquido	39.619	(2.335)	37.284
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	132.017	-	132.017

Demonstração do Resultado	Original 2024	Ajustes 2024	Reapresentado 2024
RECEITA LÍQUIDA	20.500	-	20.500
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(12.107)	(2.335)	(14.442)
LUCRO BRUTO	8.393	(2.335)	6.058
TOTAL RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(243)	-	(243)
LUCRO OPERACIONAL	8.150	(2.335)	5.815
RESULTADO FINANCEIRO	(6.760)	-	(6.760)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	(934)	-	(934)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	456	(2.335)	(1.879)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social integralizado			Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Reserva de capital	Ajustes para Adequação as normas do CPC				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Original	37.665	3.796	(4.017)	173	2.002	-	39.619
Lucro/prejuízo do exercício ajustes	-	-	-	-	-	(2.335)	(2.335)
Constituição de reserva ajustes	-	-	-	(173)	(2.002)	2.175	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (reapresentado)	37.665	3.796	(4.017)	-	-	(160)	37.284

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Original 2024	Ajustes 2024	Reapresentado 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	456	(2.335)	(1.879)
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo do exercício com o caixa	13.716		13.716
Demais Variação de ativos e passivos operacionais	(4.620)		(4.620)
Fornecedores	(115)	2.127	2.012
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.437	(208)	9.229
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.489)	-	(1.489)
Demais FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9.123)	-	(9.123)
Partes relacionadas	1.181	208	1.389
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.942)	208	(7.734)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6	-	6

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paratama, Estado de Pernambuco e operou em fase de testes até novembro de 2017 e em dezembro de 2017 iniciou suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

A Companhia, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 126, de 16 de abril de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

A Companhia, participou do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, A Companhia assinou contrato de energia de reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.5. Instrumentos financeiros - passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CERs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) são amortizados pelo prazo de autorização do parque eólico.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.14. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.16. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS/IAS</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	-	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS/IAS</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Nova norma - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS	IFRS 19	01.01.2027
Alterações ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	IAS 28	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB
Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.			

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários	974	956

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	145	1.952

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos médios foram de 99,35% do CDI (99,09% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2024).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecimento contratual de energia - CER (a)	2.297	2.125
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia - CER (b)	1.131	
	<u>3.428</u>	<u>2.125</u>
Segregado entre:		
Circulante	2.297	2.125
Não circulante	1.131	-
	<u>3.428</u>	<u>2.125</u>

- a) Saldo referente contratos de energia de reserva.
- b) Saldo referente superávit de geração contratual anual e acumulado (quadriênio) do contrato de Comercialização de Energia de Reserva - CER.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo	6.415	5.388

Referem-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 95% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos médios foram de 98,15% do CDI (100,03% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

As aplicações financeiras vinculadas, são mantidos no ativo não circulante como forma de garantia, e vinculados ao financiamento obtido junto ao BNDES mencionado na nota explicativa nº 10.

8. IMOBILIZADO

	2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2024	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
IMOBILIZADO EM CURSO	6.870	1.792	-	(7.663)	-	999	999	-
Materiais Sobressalentes	6.870	1.792	-	(7.663)	-	999	999	-
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	120.027	-	-	7.663	(7.340)	120.398	169.178	(48.780)
Direito De Uso CPC 06	1.660	48	-	-	(72)	1.636	1.985	(349)
Edificações, Obras Civas E Benfeitorias	13.923	-	-	-	(638)	13.285	17.770	(4.485)
Máquinas E Equipamentos	100.997	-	-	7.663	(6.505)	102.155	145.828	(43.673)
Desmobilização CPC 25 (*)	3.322	-	-	-	(125)	3.197	3.470	(273)
Terrenos	125	-	-	-	-	125	125	-
Total Geral	126.897	1.840	-	-	(7.340)	121.397	170.177	(48.780)
	2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2025	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
IMOBILIZADO EM CURSO	999	-	(7)	-	-	992	992	-
Materiais Sobressalentes	999	-	(7)	-	-	992	992	-
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	120.398	173	-	-	(7.395)	113.176	169.351	(56.175)
Direito De Uso CPC 06	1.636	173	-	-	(80)	1.729	2.159	(430)
Edificações, Obras Civas E Benfeitorias	13.285	-	-	-	(638)	12.647	17.770	(5.123)
Máquinas E Equipamentos	102.155	-	-	-	(6.570)	95.585	145.827	(50.242)
Desmobilização CPC 25 (*)	3.197	-	-	-	(107)	3.090	3.470	(380)
Terrenos	125	-	-	-	-	125	125	-
Total Geral	121.397	173	(7)	-	(7.395)	114.168	170.343	(56.175)

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente. A provisão foi reconhecida no ativo imobilizado em contrapartida de outros passivos no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis

9. INTANGÍVEL

	2023	Amortização	2024	Custo Histórico	Amortização Acumulada
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	65	(15)	50	133	(83)
Servidões	48	(2)	46	59	(13)
Softwares	17	(13)	4	74	(70)
	2024	Amortização	2025	Custo Histórico	Amortização Acumulada
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	50	(6)	44	133	(89)
Servidões	46	(2)	44	59	(15)
Softwares	4	(4)	-	74	(74)

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia têm como data final de amortização em 15 de março de 2034.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos e geração de caixa), calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

As garantias dadas ao referido contrato são ações da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., ações das empresas Eólica Serra das Vacas V.S.A., cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi de 1,17, a Controladora manterá o montante complementar de R\$930 para que o índice resulte em 1,20.

Para que o ICSD consolidado apurado em 31 de dezembro de 2024 (no valor de 1,15) resultasse em 1,20, a Controladora manteve o montante complementar de R\$1.557. Em 11 de junho de 2025 recebeu a formalização da dispensa do cumprimento do índice de ICSD do exercício de 2023 e 2024.

A Companhia solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um “waiver” para dispensa do atingimento do referido índice para o exercício de 2025. Contudo, até a emissão dessas Demonstrações Financeiras, a referida dispensa não fora formalizada. A Companhia continuará mantendo seus esforços no processo de formalização do “waiver”, que tem avançado gradativamente.

A Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente.

Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

A Controladora manterá os esforços para a formalização da obtenção do “waiver” em 2026, onde, em cenário positivo, procederá com a reclassificação da dívida novamente para o não circulante.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Principal e juros incorridos	69.263	73.064
Segregado entre:		
Circulante	69.263	73.064
Não circulante	-	-
	<u>69.263</u>	<u>73.064</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro 2023	77.498
Juros incorridos	6.743
Amortização de juros	(6.129)
Amortização de principal	(5.048)
Saldo em 31 de dezembro 2024	73.064
Juros incorridos	7.562
Amortização de juros	(5.796)
Amortização de principal	(5.567)
Saldo em 31 de dezembro 2025	<u>69.263</u>

11. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

<u>Contratos com prazo de vigência maior que 12 meses</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total dos Contratos	5.144	4.938
Encargos financeiros futuros	(3.103)	(3.043)
Valor presente dos contratos	<u>2.041</u>	<u>1.895</u>
Circulante	32	26
Não circulante	<u>2.009</u>	<u>1.869</u>
	<u>2.041</u>	<u>1.895</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Arrendamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.847
Atualização monetária	48
Apropriação de juros	193
Amortizações	(193)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.895</u>
Atualização monetária	173
Apropriação de juros	205
Amortizações	(232)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>2.041</u>

12. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	221	4.017

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$24.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 1.310.917. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. - R\$	2,9224	0,0269	2,8955

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$221, e parte como reserva de capital no montante de R\$3.796. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Ao longo de 2025 a companhia liquida 100% o montante mantido em reserva de capital mantendo o saldo capitalizado de R\$221 (em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$4.017), foi registrado como passivo circulante na Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	<u>1.310.917</u>	<u>4.017</u>	<u>221</u>	<u>3.796</u>

	2024				Saldo 31/12/2024
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Total reserva	
		31/12/2023	Valor resgatado		
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	<u>221</u>	<u>7.678</u>	<u>(3.882)</u>	<u>3.796</u>	<u>4.017</u>

	2025				Saldo 31/12/2025
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Total reserva	
		31/12/2024	Valor resgatado		
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	<u>221</u>	<u>4.017</u>	<u>(3.796)</u>	<u>221</u>	<u>221</u>

13. OUTROS PASSIVOS

	2025	2024
Obrigação contratual (a)	<u>756</u>	<u>820</u>
Total circulante	<u>756</u>	<u>820</u>
Obrigação contratual (a)	8.396	6.374
Provisão para desmobilização (b)	<u>4.127</u>	<u>3.908</u>
Total não circulante	<u>12.523</u>	<u>10.282</u>
Total outros passivos	<u>12.523</u>	<u>11.102</u>

- a) A Companhia apurou déficit de geração ao final do terceiro ano de seu quadriênio que se encerrou em setembro de 2020, o saldo do ressarcimento anual do déficit seria liquidado em 12 parcelas conforme regimento do Contrato de Energia de Reserva CER. Contudo a companhia está com a liquidação do ressarcimento adiada, em virtude de Despacho da ANEEL nº 2303/2019 que deliberou sobre a suspensão da liquidação do ressarcimento relativo às usinas eólicas, objeto de pedidos de reconhecimento de “Constrained-off” à ANEEL, e se mantém atenta as deliberações da ANEEL para que volte a liquidar seu passivo.
- b) Referem-se aos custos estimados pela Companhia, a serem incorridos no futuro, para desmobilização e retirada dos ativos instalados nos parques eólicos. O montante estimado foi ajustado a valor presente, e, representa a melhor estimativa atual da Administração. A contrapartida dessa provisão, está registrada na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 8.

14. PARTES RELACIONADAS

14.1. Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Reapresentado)
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. (a)	-	1.379
Pec Energia S/A (b)	-	208
	<u> </u>	<u> </u> <u>1.587</u>

- a) Refere-se à captação de mútuo com sua controladora, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado.
- b) Refere-se a reembolso de despesas de serviços aplicados a manutenção dos ativos do parque, ao qual houve erro do registro da do reconhecimento deste passivo. Conforme mencionado na NE 1.2

14.2. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Reapresentado)
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. (a)	265	-
	<u> </u>	<u> </u>
	<u>265</u>	<u> </u>

- a) Refere-se à captação de mútuo com sua controladora, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado.

Refere-se a reembolso de despesas de serviços aplicados a manutenção dos ativos do parque, ao qual houve erro do registro da do reconhecimento deste passivo. Conforme mencionado na NE 1.2

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem o registro de provisão para riscos ou que fosse necessária à sua divulgação.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$37.444, dividido em: (i) 37.443.600 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 1.310.917 ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Capital Integralizado</u>	<u>Ações Preferenciais Resgatáveis</u>	<u>Total do Capital Integralizado</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	<u>37.444</u>	<u>37.444</u>	<u>221</u>	<u>37.665</u>	<u>38.754.517</u>	100%

16.2. Remuneração da Administração

No ano de 2025 e 2024, a remuneração dos Administradores ocorre na Controladora, paga através de rateio entre as controladas de todo o grupo. Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria ou remuneração baseada em ações.

16.3. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

16.4. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1.976, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

	2025	2024 (Reapresentado)
Lucro/prejuízo do exercício	3.009	(1.879)
Absorção de reserva de lucro/prejuízo acumulados	(160)	1.827
Reserva legal - 5%	(150)	-
Base para distribuição de dividendos	<u>2.699</u>	<u>-</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	675	108
Dividendos provisionados de períodos anteriores	-	261
Dividendos a Pagar	<u>675</u>	<u>369</u>

16.5. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	2025	2024 (Reapresentado)
Lucro do exercício	3.009	(1.879)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>37.444</u>	<u>37.444</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>0,080</u>	<u>(0,050)</u>

17. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica - energia de Reserva - CER	25.834	24.750
Sobras e déficit da obrigação contratual - CER	(828)	(3.243)
Total receita bruta	<u>25.006</u>	<u>21.507</u>
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(943)	(903)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(109)	(104)
Total	<u>(1.052)</u>	<u>(1.007)</u>
Total de receita líquida	<u>23.954</u>	<u>20.500</u>

18. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Reapresentado)
Depreciação e amortização	(7.401)	(7.355)
Energia comprada para revenda	-	(8)
Despesa com pessoal	(11)	(19)
Serviços de terceiros	(2.144)	(5.049)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(1.334)	(1.179)
Arrendamentos e aluguéis	(21)	(55)
Material	(307)	(180)
Outros	(533)	(597)
	<u>(11.751)</u>	<u>(14.442)</u>

19. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas Operacionais		
Serviços de terceiros	(687)	(243)
Total	<u>(687)</u>	<u>(243)</u>
Outras Receitas		
Ganho na alienação de materiais e imobilizado	3	-
Total	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>(684)</u>	<u>(243)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras		
Títulos e valores mobiliários	627	575
	<u>627</u>	<u>575</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(7.562)	(6.743)
Comissões e "waiver fee"	(100)	(100)
Outras despesas	(488)	(492)
Total	<u>(8.150)</u>	<u>(7.335)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(7.523)</u>	<u>(6.760)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta	25.834	25.834	24.750	24.750
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	2.067	3.100	1.980	2.970
Receitas financeiras	627	627	575	575
Base de cálculo	2.694	3.727	2.555	3.545
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(404)	(335)	(383)	(319)
Adicional de IRPJ	(248)	-	(232)	
Total	(652)	(335)	(615)	(319)
Despesas com IRPJ e CSLL		(987)		(934)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		Classificação	2025	2024
				(Reapresentado)
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado		974	956
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado		145	1.952
Contas a receber	Custo amortizado		3.428	2.125
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado		6.415	5.388
Partes relacionadas	Custo amortizado		265	-
PASSIVOS				
Fornecedores	Custo amortizado		90	2.326
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		69.263	73.064
Outros passivos	Custo amortizado		13.280	11.102
Partes relacionadas	Custo amortizado		-	1.587
Arrendamentos	Custo amortizado		2.041	1.895

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, o acionista controlador dará suporte financeiro à Companhia, assim como são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 9,13%.

- CDI - acumulado últimos 12 meses: 14,28%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2025	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	25%	50%
Aplicações financeiras vinculadas	6.415	CDI	916	1.145	1.374
Títulos e valores mobiliários	145	CDI	21	26	31
Empréstimos e financiamentos	(69.263)	TJLP + 2,46%	(8.028)	(10.034)	(12.041)
	<u>(62.703)</u>		<u>(7.091)</u>	<u>(8.863)</u>	<u>(10.636)</u>

	2024	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	25%	50%
Aplicações financeiras vinculadas	5.388	CDI	584	729	875
Títulos e valores mobiliários	1.952	CDI	211	264	317
Empréstimos e financiamentos	(73.064)	TJLP + 2,46%	(7.226)	(9.033)	(10.839)
	<u>(65.724)</u>		<u>(6.431)</u>	<u>(8.039)</u>	<u>(9.647)</u>

h) Risco de capitalização

	2025	2024 (Reapresentado)
Dívida de empréstimos, financiamentos	69.263	73.064
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliário e aplicações financeiras vinculadas	(7.534)	(8.296)
Dívida líquida	61.729	64.768
Patrimônio líquido	39.618	37.284
Índice de alavancagem financeira - %	156%	174%

23. COMPROMISSOS

- a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$800 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2025	2024
Atualização dos contratos /Adoção Inicial - arrendamentos/imobilizado	173	48

25. SEGUROS

A Companhia, por meio de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2025	19/12/2026	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	279.328	19/12/2025	19/12/2026	Controladas

As apólices de seguros possuem prazo de vigência de um ano e são renovadas anualmente. O período de 01/01/2025 a 19/12/2025 foram cobertos pela apólice de seguros que teve início de sua vigência no final do exercício de 2024.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 4 de maio de 2026.